



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/01/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDENTE.....	1
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PRESIDENTE.....	3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. JULGAMENTOS.....	5
3.2. SERVIDORES.....	6 - 7
3.3. VARAS ESPECIAIS.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	9 - 12
4.2. JULGAMENTOS.....	13 - 14
4.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	15
5. JORNAL EXTRA	
5.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. VARAS ESPECIAIS.....	17
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	18 - 20
7.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	21
7.3. JULGAMENTOS.....	22 - 23
7.4. PARCERIAS.....	24
7.5. PRESIDENTE.....	25 - 28
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. INFORMATIVO.....	29
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	30
9.2. COMARCAS.....	31
9.3. DESEMBARGADORES.....	32 - 34
9.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	35
9.5. JULGAMENTOS.....	36 - 37
9.6. VARA CRIMINAL.....	38
9.7. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.....	39

Sala do Advogado no Fórum do Calhau



Encontro do presidente Mário Macieira; da vice Valéria Lauande; do secretário-geral Carlos Couto e do tesoureiro Valdênio Caminha, com o diretor do Fórum, Dr. Sebastião Bonfim

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira; a vice-presidente, Valéria Lauande; o secretário Geral, Carlos Couto; e o tesoureiro Valdênio Caminha, estiveram reunidos com o diretor do Fórum Desembargador Sarney

Costa, o juiz Sebastião Bonfim, para solicitar a pronta entrega da Sala do Advogado do Fórum. A solicitação foi atendida desde terça-feira (24), a sala deverá funcionar, provisoriamente, onde antes estava o recinto reservado aos oficiais de justiça que deverão ser deslocado para outro cômodo, no corredor do Banco do Brasil.

Antes da visita da Diretoria da OAB/MA ao diretor do Fórum do Calhau, Macieira havia encaminhado ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Guerreiro Júnior, solicitando a entrega da Sala do Advogado.

EM OBRAS

A Sala do Advogado foi desativada no dia 14/11 do ano passado para ser entregue pela diretoria do Fórum do Calhau, após a inauguração do novo prédio, ocorrida no dia 12/12 de 2011. "Ocorre que ultrapassado todo esse tempo, não só a sala não nos foi devolvida, como também foi ocupada pela Contadoria Judicial, ficando o fórum de São Luís desprovido de sala dos advogados", informa Mário Macieira.

O presidente da OAB/MA ressalta ainda que o art. 7º, § 4º da Lei 8.904/96, do Estatuto do Advogado, determina que o Poder Judiciário mantenha em todos os fóruns salas especiais permanentes para os advogados com uso e controle assegurados à OAB.

Egressos do sistema prisional aprendem sobre mecânica de motos

Cerca de 30 egressos do sistema prisional e apenados do regime semi-aberto começaram ontem o curso de capacitação profissional em mecânica de motos. A iniciativa é resultado de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Defensoria Pública do Estado, Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

As aulas estão sendo ministradas no Sítio Pindorama, na oficina de mecânica de motos do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (CEPROMAR) - instituição sem fins lucrativos conveniada com a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP).

O CURSO - O curso será ministrado gratuitamente pelo Senai, que disponibilizará - além de instrutores do quadro - material didático completo das aulas teóricas e práticas, totalizando 160 horas de curso.

Foram oferecidas 40 vagas, distribuídas nos turnos matutino e vespertino, sendo 10 destinadas à comunidade do Coroadinho

Fotos/Reprodução



► Cerca de 30 apenados estão sendo capacitados

por meio de parceria com a CEPROMAR. As inscrições e seleção dos interessados foram feitas pelas entidades parceiras do sistema prisional.

Durante este ano, outros cursos de capacitação para reeducandos do sistema prisional serão disponibilizados pelo Programa Começar de Novo. O curso de mecânica de automotores a diesel é um dos que estão previstos no cronograma de 2012.

BENEFÍCIOS - Na abertura da capacitação, realizada na última terça-feira (24) o coordenador estadual do Programa Começar de

Novo, desembargador Froz Sobrinho, falou aos participantes sobre os benefícios concedidos pela lei penal àqueles que optam por se profissionalizarem. "Cada 12 horas de estudos, capacitação ou trabalho é um dia a menos de pena a cumprir. Portanto, sejam os melhores e procurem vencer através do trabalho", disse.

O desembargador destacou a importância das parcerias que estão sendo firmadas para promover a inserção social dos apenados e egressos do sistema prisional. "A realização deste curso é um exemplo deste envolvimento", con-

cluiu.

O juiz da 2ª VEP Douglas de Melo - responsável pelo monitoramento dos cumpridores de pena restritiva de direito, na modalidade prestação de serviço à comunidade - defendeu que a capacitação profissional e a ressocialização devem ser entendidas pela sociedade como uma nova oportunidade para aqueles que cumpriram ou estão cumprindo pena. "A lei não retira a pena, mas garante a remissão", frisou.

Para Joubert Carvalho, 28 anos, que cumpre prisão domiciliar, o curso aumenta as chances de ser aceito no mercado de trabalho. "Além de diminuir a pena que já cumpro há 6 anos, pode abrir portas para uma nova oportunidade de emprego", disse.

Também participaram da aula de abertura, o secretário-adjunto de Reintegração Social da Sejap, Frei Ribamar Cardoso; o defensor público Alberto Pessoa Bastos; o coordenador do Senai, Germano Soeiro; a presidente do CEPROMAR, Eulália Neves; e a assessora de administração e secretária do Programa Começar de Novo, Lícia Dias.

Governador em exercício visita Guerreiro Júnior



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu na terça-feira, (24), a visita do governador em exercício, Washington Luís Oliveira (foto). O governador estava acompanhado da secretária estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira e do gerente do Procon, Felipe Camarão. **PÁGINA 3**

Governador em exercício visita Guerreiro Júnior

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, recebeu na terça (24), a visita do governador em exercício, Washington Luís Oliveira.

Acompanhado da secretária estadual de Direitos Humanos, Luíza Oliveira, e do gerente do Procon, Felipe Camarão, o chefe do Executivo Estadual em exercício discutiu com o presidente Guerreiro Júnior vários assuntos de interesse do Poder Judiciário e do Governo do Estado.

"Acreditamos na gestão do desembargador Guerreiro Júnior, que com a implementação de importantes projetos para modernizar o Poder Judiciário, garantirá a efetiva-



Presidente do TJ recebe visita do governador Washington Oliveira

ção de uma justiça ágil, eficiente e atenta aos anseios da população", salientou o governador. Durante a visita, a secretária de Direitos Humanos, Luíza Oliveira, e o gerente estadual do Procon, Felipe Camarão, desejaram

sucesso ao desembargador Guerreiro Júnior na sua gestão à frente do TJMA. Na oportunidade, Camarão enalteceu a parceria entre o Procon e o TJMA em projetos de cunho institucional.

"É uma visita que nos hon-

ra muito e vem reforçar uma relação de parceria e cordialidade entre o Poder Judiciário e o Executivo Estadual. Quando os Poderes se relacionam em harmonia ganha a sociedade e a própria Justiça", ressaltou Guerreiro Júnior.

ARARI

Justiça suspende realização de concurso público

O juiz Gladiston Nascimento Cutrim, titular da Comarca de Arari, deferiu liminar suspendendo o concurso público que seria realizado pela prefeitura no fim deste mês. O pedido de suspensão foi formulado pelos vereadores do município, através de uma Ação Popular. A ilegalidade, segundo os autores, é a falta de dotação orçamentária para a posterior contratação dos servidores, o que caracteriza ilegalidade.

A Lei Municipal publicada em 2011 pela Prefeitura de Arari cita, entre outros, o número de vagas e o planejamento, organização e fiscalização do certame, espaços físicos, segurança e equipamentos, sem, no entanto, entrar no mérito da dotação orçamentária. Também nessa lei, o concurso estaria marcado para os meses de outubro e novembro de 2011 e, no entanto, aconteceria no dia 29 de janeiro de 2012.

Na sentença, Gladiston observou que se deve considerar que as despesas com pessoal não poderão ocorrer sem que sejam estabelecidos limites e reserva de dotação orçamentária em lei complementar. "Desta forma, entende-se existir a ne-

cessidade de dotação orçamentária correspondente à contratação prevista no Concurso Público, conforme a legislação constitucional e estadual aplicada à espécie, o que não fora demonstrado no Edital 001/2011", destaca.

"(...) A realização do certame com total ausência de dotação orçamentária poderá causar prejuízo irreparável ao erário, com consequências imediatas aos cidadãos, como evidentemente já vem causando, em se considerando a repercussão de um concurso público em uma cidade de pequeno porte, principalmente em ano eleitoral (...)" versa a sentença. Outro detalhe observado é que a Comissão de Concurso Público foi criada em agosto de 2011, antes da lei, que foi criada em setembro do mesmo ano.

Cita o juiz, ainda, a Constituição Federal, no Art. 5º: "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

OPINIÃO

SAÚDE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO ESTÁ SENDO AVALIADA

A saúde dos servidores do Poder Judiciário está sendo avaliada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Os exames ocupacionais e as perícias aos locais de trabalho estão sendo feitos pelo TJMA desde 2010. **PAG. 02**

CHECK-UP

Saúde dos servidores do Poder Judiciário está sendo avaliada



Saúde dos servidores está sendo avaliada pelo TJ

A saúde dos servidores do Poder Judiciário está sendo avaliada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Os exames ocupacionais e as perícias aos locais de trabalho estão sendo feitos pelo TJMA desde 2010, para identificação de possíveis casos de insalubridade e periculosidade no ambiente de trabalho. Neste ano, cerca de 500 servidores serão avaliados.

A continuidade do programa foi aprovada pelo presidente do Tribunal, desembargador Guerreiro Júnior, como forma de prevenir não só doenças relativas ao trabalho, mas aquelas que

possam interferir na qualidade de vida e na produtividade do servidor. São investigados sintomas de stress, hipertensão, depressão, problemas visuais, respiratórios, cardiológicos, entre outros.

De acordo com dados coletados em 2011 pela Assessoria em Segurança & Saúde Ocupacional (SSO) - empresa contratada para diagnosticar a segurança e a saúde ocupacionais no Tribunal - fatores como falta de atividade física, obesidade, tabagismo, pressão arterial elevada e o consumo exagerado de álcool estão entre os que mais

oferecem riscos à saúde dos servidores do Judiciário.

"São fatores de risco, mas se apresentam em escalas aceitáveis e podem ser revertidos com a mudança de comportamento e a adoção de hábitos de vida mais saudáveis", afirma a consultora em qualidade de vida da SSO, enfermeira Sabrina Manga.

O EXAME - Antes de ser atendido pelos médicos, o servidor responde a um questionário com os dados pessoais e informações sobre doenças pré-existentes.

Durante a consulta, é examinado o funcionamento do fígado, tireóide, rins, coluna vertebral, aparelhos respiratório e cardiovascular. A capacidade visual é avaliada em teste específico, assim como a pressão arterial, o peso, altura, circunferência abdominal, e o cálculo da massa de gordura corporal.

Além da prevenção, o programa contempla ações de recuperação e incentivo à melhoria da saúde dos servidores que apresentam alguma alteração nas condições de saúde. Por meio de parceria entre a SSO e a Divisão Médica

do TJMA, nutricionistas, cardiologistas e clínicos gerais acompanham os casos que necessitam de maior controle.

"Apesar de ser um trabalho preventivo, quando detectada alguma alteração é importante garantir ou encaminhar o profissional aos tratamentos disponíveis e viabilizar a reabilitação do servidor", acrescenta a médica Célia Leal, clínica-geral e especialista em medicina do trabalho.

SURPRESA - Para o auxiliar judiciário, Rômulo Antonio Amorim, a consulta trouxe algumas surpresas. "Não sabia que o sobrepeso já estava interferindo na minha pressão arterial. Vou voltar a me cuidar mais", disse, ao ser encaminhado para acompanhamento pelo nutricionista e cardiologista.

O exame é agendado pelo telefone (98) 8200-0133 e 3222 4085. As consultas são realizadas na Unidade São Luis de Medicina Ocupacional da SSO, localizada no Edifício Colonial, à Rua do Sol, 141, sala 719, 7º andar (em frente ao Teatro Arhur Azevedo), São Luis - MA.

CARNAVAL

1ª Vara da Infância e Juventude disciplina participação de menores

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luis divulgou, na última segunda-feira, 23, uma Portaria sobre a participação de menores no Carnaval. O documento, assinado pelo juiz titular José Américo Abreu Costa, disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes em bailes carnavalescos e suas participações nos desfiles de Carnaval.

A Portaria tem como base alguns dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. O documento considera que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente e, ainda, que a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como locais e horários compatíveis com suas faixas etárias.

"No período carnavalesco são realizados inúmeros bailes e eventos diversos, com potenciais situações de risco para crianças e adolescentes. Existe, portanto, a necessidade de estabelecer normas específicas com relação à entrada e permanência de crianças e adolescentes nos locais que se realizem bailes carnavalescos e espetáculos congêneres, bem como suas participações nos desfiles de carnaval", versa o juiz.

De acordo com a Portaria, a participação de crianças e adolescentes em escolas de sam-

ba, blocos, ligas, bandas e outras agremiações ou brincadeiras organizadas que desfilem em ruas ou passarelas, obedecerá a vários critérios.

Condições

Fica expressamente proibida a participação de crianças menores de 6 (seis) anos após as 22h. A participação de crianças menores de 6 anos somente será permitida até as 22h e desde que estejam acompanhadas de perto por seus pais, responsáveis legais (tutor ou guardião), ascendentes (avós) ou parentes colaterais até o 3º grau (irmão maior de idade ou tios), mediante apresentação de documento hábil que comprove o parentesco.

A participação de crianças em bailes, blocos e desfiles nas faixas etárias entre 6 e 12 anos de idade incompletos somente será permitida até as 24h e dependerá de Alvará Judicial fornecido pela Vara, que deverá ser requerido por cada agremiação participante.

Ainda segundo a Portaria, é permitida a participação de adolescentes maiores de 12 anos de idade em apresentações e desfiles depois de 24h, mediante autorização expressa e escrita dos pais ou responsáveis legais, ou quando acompanhados de perto por seus pais, responsáveis legais (tutor ou guardião), ascendentes (avós) ou parentes colaterais até o 3º grau (irmão maior ou tios), mediante apresentação de documento hábil que comprove o parentesco.

Estado Maior

Decisão judicial acirra guerra dentro do MP

Uma decisão judicial alimentou a guerra sem trégua entre os grupos que lutam pelo poder no Ministério Público do Maranhão. A procuradora-geral de Justiça Fátima Travassos impediu a posse da procuradora Themis Pacheco em um cargo na instituição. **Política 3**

— Inimizade capital no MP —

Um novo capítulo do conflito aberto entre grupos que disputam o poder no Ministério Público veio à tona ontem. A procuradora de Justiça Themis Pacheco conseguiu liminar deferida pelo desembargador Stélio Muniz para assumir a direção da Escola Superior da instituição. A decisão foi derrubada pelo Pleno do Tribunal de Justiça, a pedido da procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos.

Aconteceu o seguinte: Themis Pacheco vencera disputa eleitoral no Conselho Superior do Ministério Público do também procurador Joaquim Henrique Lobato por quatro votos a três. Na eleição, ela contou com o apoio do grupo do procurador e ex-procurador-geral de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho. Lobato foi apoiado pelo grupo adversário, comandado pela atual procuradora-geral, Fátima Travassos.

O procurador-geral de Justiça adjunto, Eduardo Nicolau, que presidia a reunião do Conselho Superior, enviou ofício a Fátima Travassos comunicando a vitória de Themis Pacheco e recomendando sua nomeação. A procuradora-geral reagiu dizendo que não nomearia a adversária interna por conta da "inimizade capital" que as duas alimentam.

A procuradora-geral de Justiça argumentou que a vencedora da eleição já representara contra ela criminalmente e pediu afastamento da coordenação do CAOP (Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude) alegando "divergências ideológicas" com a própria Fátima Travassos. Argumentou ainda que a Escola Superior do Ministério Público é um órgão auxiliar da instituição e não poderia ser comandada por uma inimiga declarada da procuradora-geral.

O argumento foi aceito pelo relator do processo, desembargador Bayma Araújo, que votou no sentido de cassar a liminar concedida por Stélio Muniz. O entendimento de Bayma Araújo foi seguido por uma dezena de desembargadores. Oito votaram contra.

Uma nova reunião do Conselho Superior foi marcada para a próxima segunda-feira com objetivo de definir mais esse imbróglio no Ministério Público. Há quem diga que vai pegar fogo.



Andréa Maia e Wilson Filho

Juízes são empossados em São Luís e Rosário

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, empossou, em cerimônia no Palácio Clóvis Beviláqua, os juízes de Direito Wilson Manoel de Freitas Filho e Andréa Cysne Frota Maia. Titular da 3ª vara da comarca de Bacabal, Wilson Manoel de Freitas Filho foi promovido, pelo critério de antiguidade, para o cargo de juiz auxiliar de São Luís.

Ele ingressou na magistratura em 1997, sendo titularizado no mesmo ano na comarca de

Matões. Atuou nas de Parnarama, Vitorino Freire e Açailândia.

Já a juíza titular Andréa Cysne Frota Maia - removida pelo critério de merecimento - vai exercer agora suas atividades judicantes na 2ª vara da comarca de Rosário. Iniciou sua carreira na magistratura em 1998, quando foi titularizada na comarca de Loreto.

A magistrada trabalhou cinco anos na comarca de São João Batista e foi promovida, por merecimento, para a 2ª vara de Grajaú. Durante cinco anos, exerceu suas atividades judicantes em Presidente Dutra, sendo removida para a 1ª vara de Coroatá, comarca onde tramitam cerca de 4500 processos.

A cerimônia de posse foi acompanhada pelo desembargador Raimundo Freire Cutrim; pela diretora-geral do TJMA, Sumaya Heluy, e familiares dos dois magistrados. O presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, parabenizou os dois juízes e desejou aos mesmos sucesso na nova jornada profissional.

A promoção e a remoção dos juízes foram aprovadas na sessão plenária administrativa realizada no dia 18 deste mês.

Posse

Mais um movimento, ontem, no quadro de juízes do Poder Judiciário.

O juiz titular da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, Wilson Manoel de Freitas Filho, foi promovido a juiz auxiliar em São Luís. Já a juíza titular Andréa Cysne Frota Maia deixa a Comarca de Coroatá para assumir a 2ª Vara da Comarca de Rosário.

Os dois foram empossados pelo desembargador-presidente Guerreiro Jr., na presença do desembargador Raimundo Cutrim.

Freio

O juiz Gladiston Nascimento Cutrim, da Comarca de Arari, deferiu liminar suspendendo o concurso público que seria realizado pela Prefeitura de Arari no fim deste mês.

O pedido de suspensão foi formulado por vereadores através de uma ação popular.

A ilegalidade, segundo os autores, é a falta de dotação orçamentária para posterior contratação dos servidores, o que impede a realização do concurso.

Pela queda

O comando da CPI dos Convênios se movimenta para que o Tribunal de Justiça julgue logo o recurso que pede a queda da liminar da desembargadora Anildes Cruz, que suspendeu as suas atividades.

Para o presidente da Comissão, deputado Magno Bacelar (PV), a CPI tem base legal e precisa desvendar o destino dos R\$ 73,5 milhões repassados à Prefeitura de São Luís.

Espera que a decisão saia antes da reabertura do Legislativo, na semana que vem.

Contra a queda

O prefeito João Castelo (PSDB) e seus assessores jurídicos fazem movimento contrário ao da CPI nos bastidores do Judiciário.

Todos os esforços orientados pelo prefeito são no sentido de convencer os desembargadores a confirmar a liminar da desembargadora Anildes Cruz.

O desfecho, porém, é absolutamente imprevisível.

Egressos do sistema prisional aprendem sobre mecânica de motos

A iniciativa é resultado de parceria entre o TJ, DPE, Sejap e Senai; curso foi iniciado ontem

Cerca de 30 egressos do sistema prisional e apenados do regime semiaberto começaram ontem o curso de capacitação profissional em mecânica de motos. A iniciativa é resultado de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

As aulas estão sendo ministradas no Sítio Piranhenga, no Parque Pindorama, na oficina de mecânica de motos do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (Cepromar) - instituição sem fins lucrativos conveniada com a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP).

O curso será ministrado gratuitamente pelo Senai, que disponibilizará - além de instrutores do quadro - material didático completo das aulas teóricas e práticas, totalizando 160 horas de curso. Foram oferecidas 40 vagas, distribuídas nos turnos matutino e vespertino, sendo 10 destinadas à comunidade do Coroadinho por meio de parceria com a Cepromar. As inscrições e seleção dos interessados foram feitas pelas entidades parceiras do sistema prisional.

Durante este ano, outros cursos de capacitação para reeducandos do sistema prisional serão disponibilizados pelo Programa Começar de Novo. O curso de mecânica de automotores a diesel é um dos que estão previstos no cronograma de 2012.

Benefícios - Na abertura da capacitação, realizada terça-feira (24), o coordenador estadual do



Desembargador Froz Sobrinho

Programa Começar de Novo, desembargador Froz Sobrinho, falou aos participantes sobre os benefícios concedidos pela lei penal àqueles que optam por se profissionalizarem. "Cada 12 horas de estudos, capacitação ou trabalho é um dia a menos de pena a cumprir. Portanto, sejam os melhores e procurem vencer por meio do trabalho", disse.

Ele destacou a importância das parcerias que estão sendo firmadas para promover a inserção social dos apenados e egressos do sistema prisional. "A realização deste curso é um exemplo deste envolvimento", concluiu.

O juiz da 2ª VEP, Douglas de Melo - responsável pelo monitoramento dos cumpridores de pena restritiva de direito, na modalidade prestação de serviço à comunidade -, propôs que a capacitação profissional e a ressocialização devem ser entendidas pela sociedade como uma nova oportunidade para aqueles que cumpriram ou estão cumprindo pena.

■ Juizado do Anjo da Guarda terá atendimento suspenso

O 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no bairro do Anjo da Guarda, não terá expediente na parte da manhã desta quinta-feira (26).

O motivo é a suspensão do fornecimento de energia elétrica, para que a Companhia Energética do Maranhão, Cemar, proceda à manutenção na rede de distribuição. A unidade judicial foi previamente informada sobre o desligamento programado.

Não haverá atendimento no juizado no intervalo das 8 horas da manhã ao meio-dia. O juiz titular da unidade é Samuel Batista de Sousa.

Parcerias visam melhorar atendimento às mulheres em situação de violência



Desenvolver ações conjuntas e aprofundar parcerias que visem a defesa das mulheres em situação de violência foi a pauta principal da reunião, realizada, no último dia 17 de janeiro, entre o Secretário de Estado de Segurança Pública do Maranhão, a Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar e o juiz Nelson de Moraes Rego, titular da Vara Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís. Na reunião, onde também estavam presente: a Delegada Geral da Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Resende Meneses, a Secretária Adjunta da SEMU, Crisális Fonseca, e o Secretário Adjunto da SESP, Laércio Gomes foram estabelecidos importantes encaminhamentos no sentido de melhorar atendimento nas delegacias de mulheres. O Secretário de Estado da Segurança, Aluisio Mendes prometeu, ainda, celeridade e prioridade no atendimento às mulheres vítimas de violência, no IML e enfatizou parcerias anteriores com a Secretaria de Mulheres. Mais uma vez as titulares da SEMU comprometeram-se em promover capacitação para a equipe das delegacias, no sentido do melhor acolhimento às mulheres em situação de violência.

Reviravolta no MP

Decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão suspendeu liminar que determinava posse imediata de procuradora Themis Carvalho

A procuradora de Justiça Themis Carvalho não será mais empossada como diretora da Escola Superior do Magistério Público. Ao menos imediatamente, como pretendia. Por maioria, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão reconsideraram a liminar concedida em mandado de segurança determinando que a procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Travassos Cordeiro, desse posse à procuradora Themis Carvalho.

O provimento ao recurso interposto pela procuradora Fátima Tra-

vassos foi votado na sessão do pleno realizada ontem. Themis Carvalho venceu a eleição realizada pelo Conselho Superior do Ministério Público por um voto a mais dados ao promotor Joaquim Henrique Lobato, que conquistou três votos no pleito. O colégio terá que realizar agora novo pleito ou fazer outra indicação.

Na sessão plenária, o desembargador Bayma Araújo foi voto divergente e vencedor, suspendendo a liminar concedida pelo desembargador relator, Stélio Muniz, que determinava à procuradora-geral de Justiça a nomeação da indicada.

Acompanharam o voto divergente os desembargadores Raimundo Freire Cutrim, Anildes de Jesus Bernades, José Joaquim Figueiredo, Lourival de Jesus Serejo, Jaime Ferreira de Araújo, Raimundo Nonato Magalhães, José de Ribamar Fróz e José Luiz Oliveira.



A procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, conseguiu com provimento de recursos impedir a posse da procuradora de Justiça Themis Carvalho na diretoria da Escola Superior do Ministério Público

Juízes

O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, empossou ontem os juízes de Direito Wilson Manoel de Freitas Filho, para auxiliar de São Luís, e Andréa Cysne Frota Maia, para a Comarca de Rosário. A promoção e remoção foram aprovadas na sessão plenária administrativa realizada no dia 18 deste mês.

✓ JUIZADO DO ANJO DA GUARDA

O 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no bairro do Anjo da Guarda, não terá expediente na parte da manhã de hoje. O motivo é a suspensão do fornecimento de energia elétrica, para que a Companhia Energética do Maranhão, Cemar, proceda à manutenção na rede de distribuição. A unidade judicial foi previamente informada sobre o desligamento programado. Não haverá atendimento no juizado no intervalo das 8 horas da manhã ao meio-dia. O juiz titular da unidade é Samuel Batista de Sousa.

Novela da Fundação (1)

Por 12 votos a 5, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão indeferiu, ontem, a medida cautelar, pedida em ação movida pela seccional maranhense da OAB. A entidade quer anular vários dispositivos da Lei Nº 9.479/2011, que transfere a Fundação José Sarney para o estado, com o nome de Fundação da Memória Republicana Brasileira.

Novela da Fundação (2)

O TJ entendeu que não há urgência para analisar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) da OAB. O relator Lourival Serejo só destacou, como de urgência, o Artigo 5º, Inciso VI e § 1º, que estariam em confronto com as constituições estadual e federal. Refere-se à administração da Fundação. Nada mais que isso.

■ SARNEY

TJ adia decisão sobre fundação

O Tribunal de Justiça do Maranhão só irá analisar a constitucionalidade da Lei n.º 9.479/2011, que criou a Fundação da Memória Republicana Brasileira, durante o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada no ano passado pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil. Por 12 votos a 5, o pleno da corte estadual decidiu indeferir a medida cautelar pedida no processo, por considerar que não há urgência para a análise do caso.

O desembargador Lourival Serejo, relator do pedido liminar, afirmou em seu voto que os únicos pontos da referida lei que merecem atenção imediata, por "apresentarem grande possibilidade de confronto aos ditames constitucionais estaduais e federais", estão inseridos no artigo que trata da administração da Fundação.

Sem adentrar na discussão acerca da possibilidade da concessão do título de patrono da Fundação ao senador José Sarney (PMDB-AP) em pleno exercício de sua função política, sem questionamentos dos méritos do homenageado, Serejo aponta que "a livre indicação de

dois membros da entidade transmuda a homenagem em considerável poder de ingerência e virtual 'personalização' de uma fundação de direito público".

O desembargador lembra que tramita também no Supremo Tribunal Federal a ADI, ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS), que, sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, tem como principal questionamento o mesmo item destacado por ele.

"O certo é que, por qualquer ângulo de análise, as disposições legais acima referidas parecem não se ajustar ao modelo constitucional vigente, seja no âmbito estadual, seja na esfera federal. A prevalência do interesse público sobre o interesse privado, uma das facetas do citado princípio da impessoalidade, aponta para a necessidade de urgente suspensão da eficácia dos dispositivos legais apontados", assinalou Serejo, votando pelo deferimento parcial do pedido cautelar. Outros quatro membros da Corte tiveram o mesmo entendimento.

Sustentação – A sustentação oral pela OAB-MA foi feita pelo advogado Rodrigo Lago. Segundo ele, "a entidade não quer tolher



A entidade não quer tolher o fomento da cultura, se negando a receber o acervo do senador José Sarney

Rodrigo Lago,
advogado da OAB-MA

o fomento da cultura, se negando a receber o acervo do senador José Sarney, mas apenas garantir que o político não tenha poderes de gerir uma entidade pública de forma vitalícia, como prevê a Lei criada pelo Estado em 21 de outubro de 2011".

"Ao contrário do que é afirmado amplamente pela imprensa, não houve estatização da Fundação José Sarney – no aspecto jurídico do termo – nem haverá sucessão da Fundação José Sarney pela Fundação da Memória Republicana Brasileira, após a vigência da lei impugnada.

O que haverá na verdade, segundo o texto da Lei, é a criação de uma fundação pública, estatal,

que receberá em doação patrimônio pertencente a um particular", destacou o advogado.

Os pontos contestados pela OAB são referentes a alguns artigos da lei. Todos eles determinando a forma como a entidade será administrada e seus atos aprovados por decisão unânime do seu Conselho Curador, que terá dois membros indicados pelo senador José Sarney.

■ DIREITOS HUMANOS

Combate ao trabalho escravo

NATÁLIA RAPOSO

O registro civil, também conhecido como certidão de nascimento, garante a existência jurídica a todos os cidadãos. Somente de posse desse registro é que qualquer pessoa pode ter acesso aos direitos fundamentais e benefícios sociais, tais como o programa federal Bolsa Família. Os adultos, quando sem certidão de nascimento, ficam impossibilitados de emitir carteira de identidade, CPF e outros documentos.

Para garantir que todos os maranhenses tenham acesso a esse direito fundamental, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) empreenderá a Campanha do Registro Civil de Nascimento, dentre outras ações afirmativas, como erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil.

Entendendo a importância da imprensa na construção da cidadania, a secretária estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira, visitou **O Imparcial**, na manhã desta quarta-feira (25), onde falou ao diretor-presidente, Pedro Freire, sobre o plano de ações da Sedihc para 2012. "Pretendemos mostrar a política afirmativa na imprensa maranhense. A ideia é fazer com que os direitos humanos saiam das páginas policiais e passem a ser entendidos como algo muito maior, que ultrapassa desde o direito do consumidor até as questões de acessibilidade", explicou Luiza Oliveira.

Freire destacou o papel do jornalismo como parceiro dos órgãos e en-



Diretor-presidente de **O Imparcial**, Pedro Freire, reunido com a secretária estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira

7

bilhões de reais. É o montante de recurso que será destinado pelo governo federal aos estados para execução de projetos de Direitos Humanos

tidades que militam na área de direitos humanos a fim de construir uma sociedade mais humanitária. "Nossa missão enquanto veículo de comunicação é muito próxima da missão da Secretaria de Direitos Humanos para

resolver os problemas, mas podemos ajudar na resolução deles, tornando pública a realidade", disse.

Campanha

Segundo Luiza Oliveira, o Maranhão está entre os estados com maior queda no número de sub-registros. Desde 2007, essa taxa baixou de 78% para 22%, índice que a Sedihc pretende diminuir a partir do Lançamento Estadual da Campanha do Registro Civil de Nascimento, na próxima sexta-feira (27), às 14h30, no auditório da secretaria.

A meta é alcançar o índice de 5%,

aceitável pela Organização Mundial de Saúde, que considera na condição de sub-registro pessoas acima de 1 ano e 3 meses que não tenham sido registradas.

Ao longo deste ano, serão realizados mutirões, em parceria com a Corregedoria de Justiça do Estado do Maranhão, para percorrer os diversos municípios, comunidades quilombolas e indígenas. A exemplo de outros estados, o Maranhão pretende implantar postos cartoriais nas unidades neonatais, de modo que todas as crianças sejam registradas logo após o nascimento.

LILIA PENHA/O IMPARCIAL PRESS

POLÍTICA

NEIDSON MOREIRA/IMP.D.A PRESS



WASHINGTON LUÍS INAUGURA TUDO QUE TEM DIREITO

Governador em exercício e pré-candidato pelo PT à Prefeitura de São Luís, o vice Washington Oliveira aproveita os dias de comando para se aproximar do público. Somente em uma semana, ele inaugurou o SPA do Hospital Nina Rodrigues (foto), vistoriou obras e abriu as portas do Palácio para companheiros de partido e aliados políticos. O governador em exercício negou que esteja utilizando o cargo como palanque, já que a sua candidatura não está oficializada.

POLÍTICA 3

Governador em campanha

No cargo de governador em exercício desde o dia 17, o vice Washington Oliveira privilegia São Luís em sua agenda de inaugurações, se cacifando para evitar disputas no PT como pré-candidato a prefeito

CLODOALDO CORRÊA

Em ritmo acelerado, o governador em exercício, Washington Oliveira (PT), tem aproveitado a semana à frente do Executivo para cumprir uma agenda de inaugurações. A maior atenção do petista, no entanto, está voltada para a capital, onde pretende concorrer à Prefeitura de São Luís nas eleições de outubro.

Oliveira assumiu o governo na terça-feira (17) e passou a ter a agenda apertada para aproveitar a exposição como governador. Nesses oito dias que assumiu o lugar da governadora Roseana Sarney, que viajou para a França, abriu as portas do Palácio dos Leões para companheiros de partido e aliados políticos.

Durante a inauguração do Serviço de Pronto Atendimento, SPA, do Hospital Nina Rodrigues, na manhã de ontem, o governador em exercício distribuiu sorrisos e empolgação. Descerrada a placa, lá estava o nome de Washington Oliveira como governador em exercício.

"Estamos levando grandes investimentos em saúde em todo estado, não somente em São Luís. Até o final deste governo ainda faremos muito pela saúde do nosso estado", discursou.

Questionado por **O Imparcial** sobre a maratona de inaugurações enquanto governador e pré-candidato a prefeito de São Luís, Washington Oliveira negou que estaria utilizando o cargo como palanque, afirmando

inclusive que ainda não tem sequer a certeza da candidatura, que ainda será disputada dentro do PT.

"Não estou pensando em eleição. Estou somente cumprindo minhas obrigações enquanto governador em exercício. Eu nem sequer sou candidato ainda. A candidatura só virá se o partido assim deliberar. Então, não faz sentido se falar em campanha de quem não é candidato", disse o governador interino.

Acompanhado de um dos principais incentivadores de sua pré-candidatura, o secretário de Saúde Ricardo Murad, Oliveira visitou as dependências do SPA do Nina Rodrigues e recebeu telas pintadas por internos da unidade hospitalar.

Murad aproveitou para alfinetar a Prefeitura de São Luís durante o evento: "O município não acompanha a política em prol da saúde. Somos parceiros do Dr. Gutemberg (secretário municipal de Saúde), mas sem a decisão política do governante a coisa fica difícil", espetou Murad.

O secretário estadual da Saúde também culpou a prefeitura pelo fato do bloqueio das ambulâncias do Samu da prefeitura nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento). "Estamos esperando que a prefeitura equipe suas Unidades de Saúde. As UPAs não podem responder sozinhas pelo serviço de urgência e Emergência", tentou explicar.

Somente em uma semana como

governador, Washington inaugurou o Centro de Ação Psicossocial Dr. Bacelar Viana, no Monte Castelo, o SPA do Nina Rodrigues e hoje inaugura o Centro de Especialidades Médicas (CEM) da Cidade Operária. Além disso, vistoriou as obras de construção da Avenida Quarto Centenário, reforma da Biblioteca Pública Benedito Leite, o Hospital do Servidor do Estado e esteve na abertura do Projeto Rondon.

Das várias reuniões que o governador em exercício teve nos Leões, a agenda que mais se distanciou da da capital foi com prefeitos e vereadores de Balsas, Coroatá e Centro Novo do Maranhão.



NEEDSON MORE/IMP/DA PRESS

Oliveira e o secretário Ricardo Murad descerram placa que tem nome do petista gravado como governador em exercício



Estamos esperando que a prefeitura equipe suas Unidades de Saúde. As UPAs não podem responder sozinhas pelo serviço de urgência e emergência

*Ricardo Murad,
secretário de
estadual de Saúde*

SAIBA MAIS

O que diz a lei:

Apesar da velocidade das inaugurações, a prática que o governador em exercício usa é legal. A Lei 9.504/97, denominada Lei Eleitoral, apenas implica a não participação do candidato em inaugurações de obras públicas três meses antes do pleito. Segundo o Artigo 77: "É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas". A Lei atinge

exclusivamente os candidatos aos cargos do Poder Executivo, inclusive Vices, tanto da situação como da oposição. Se o titular do Executivo não estiver em campanha à reeleição, não haverá restrição quanto aos atos de inauguração. Ou seja, os prefeitos que não disputarão reeleição podem participar de inaugurações livremente. O que não cabe em São Luís. E como é exclusiva a quem vai disputar cargo do executivo, a vice-prefeita, Helena Duailibe (PMDB) pode disputar uma vaga na Câmara e participar de inaugurações durante o período vedado.

AGENDA DO PRÉ-CANDIDATO

quarta
18

Despachando no Palácio dos Leões, recebeu os secretários de Estado, Luís Fernando Silva (Casa Civil), Hildo Rocha (Assuntos Políticos) e João Alberto (Projetos Especiais). À tarde, Max Barros (Infraestrutura), José Antonio Heluy (Trabalho) e Victor Mendes (Meio Ambiente). Também despachou com o deputado estadual Roberto Costa e o deputado federal Francisco Escórcio. Recebeu em audiência o prefeito em exercício de Açailândia, Antonio Erismar; o vice-prefeito de Coroatá, Domingos Alberto, acompanhado de vereadores; e o prefeito de Centro Novo do Maranhão, Arnóbio Rodrigues dos Santos.

quarta
19

Reunião com o prefeito de Balsas, Francisco Coelho, para tratar sobre o Programa de Habitação Rural que será executado no município com o apoio do Governo do Estado. Participaram da reunião os secretários João Alberto de Souza (Programas Especiais) e Hildo Rocha (Assuntos Políticos), além do deputado estadual Stênio Rezende e do empresário Celso Henrique Bournier. Pela manhã, o governador em exercício recebeu o superintendente Regional do Banco do Brasil, Pio Gomes de Oliveira, e o gerente de Mercado de Governo, Prenteci Veloso.

sexta
20

Conversa com o presidente da Nova Central Sindical e presidente eleito do Conselho Estadual do Trabalho, Raimundo Henrique da Silva, e com a nova diretora da Associação de Moradores da Cidade Olímpica, Kênia Delane Pinheiro, com participação dos secretários de Estado de Comunicação Social, Sérgio Macedo; e do Trabalho e Economia Solidária, José Antônio Heluy. Com Kênia Pinheiro trata sobre a titularidade dos terrenos da Cidade Olímpica.

sexta
20

Conversa com o secretário de Estado de Minas e Energia, Ricardo Guterres, no Palácio dos Leões, sobre as áreas de mineração e produção energética, entre os quais a primeira reunião do Comitê de Acompanhamento Energético que vai acontecer ainda no início deste ano, em São Luís.

sábado
21

Visita o Hospital do Servidor do Estado (Estrada da Mata, Quadra - H, Lote 1 - Loteamento Jardim Lisboa, Cidade Operária), acompanhado do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, Cleinaldo Lopes, representantes sindicais do Sistema Penitenciário, da Defensoria Pública e do Detran; dos deputados Jota Pinto (estadual) e Francisco Escórcio (federal); dos secretários de Assuntos Políticos, Hildo Rocha; e do Trabalho e Economia Solidária, José Antonio Heluy. Conversa com a direção, funcionários e pacientes do novo hospital.

domingo
22

Participa, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, da cerimônia de abertura das atividades do Projeto Rondon. A solenidade marcou o início das operações "Babaçu" e "Pai Francisco", que serão desenvolvidas até o dia 5 de fevereiro.

segunda
23

Vistoria as obras de construção da Avenida Quarto Centenário, e de reforma da Biblioteca Pública Benedito Leite. As duas serão entregues este ano, dentro das comemorações dos 400 anos de São Luís. Estava acompanhado dos secretários Pedro Fernandes (Cidades e Desenvolvimento Urbano), Luís Bulcão (Cultura), Hildo Rocha (Assuntos Políticos), Jura Filho (Turismo) Rodrigo Comerciaro (Articulação Institucional), Israel Ferreira (Articulações de Políticas Públicas) e José Antônio Heluy (Trabalho e Economia Solidária). Presentes, também, o secretário-adjunto de Infraestrutura, Aparício Bandeira.

terça
24

Participa ao lado do secretário estadual de Saúde, Ricardo Murad, da inauguração o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) Dr. Bacelar Viana, no bairro do Monte Castelo. Visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Reúne-se com representantes sindicais, incluindo CUT, e com o secretário-adjunto de Seplan, Antônio José Chatack, para discutir a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários. O presidente do Sintsep, Cleinaldo Lopes esteve presente na audiência.

quarta
25

Inaugura o SPA do Hospital Nina Rodrigues.

Do Blog do Aldir Dantas

Retaliação pode gerar nova greve de policiais militares e bombeiros



O problema apesar de ser da maior seriedade e de já ter se tornado público, infelizmente as autoridades se mostram indiferentes à problemática, e até parece que todos esperam o desfecho para desgastar ainda mais o governo em plena decadência.

O encerramento da greve dos policiais militares e bombeiros por reivindicação salarial foi mediante assinatura de documento entre as entidades representativas de militares e bombeiros, o senador João Alberto de Sousa, preposto do Governo do Estado e intermediado pela Seccional do Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil. O documento estabelece cláusula em que não haveria punição de qualquer ordem para os grevistas, como descontos por dias parados, transferências, instaurações de quaisquer procedimentos contra as duas categorias.

No Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar com plena determinação do secretário Aluisio Mendes, o processo de retaliação começou com transferências, exonerações de postos e instaurações de inquéritos administrativos disciplinares com vistas a exclusão dos militares mais visados. Muito embora tenha havido tentativas com vistas a mostrar ao Secretário de Segurança Pública e aos Comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros, sobre o descumprimento do acordo feito com a governadora Roseana Sarney, as retaliações tomaram proporções maiores.

Reunidos no último final de semana, militares e bombeiros decidiram se posicionar. Inicialmente irão comunicar todos os fatos concretos a OAB do Maranhão, ao Ministério Público Militar, ao Gabinete da Governadora, ao Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa do Estado, em busca de uma solução para o problema que é mais de um autoritarismo exacerbado. Caso não haja medidas saneadoras, inclusive para honrar o documento assinado pela dirigente do executivo estadual, as duas categorias não descartam uma nova greve com o objetivo de que superiores respeitem a decisão da governadora Roseana Sarney.

A princípio tem-se a idéia de que a governadora não estaria sendo levada a sério pelo Secretário de Segurança Pública e pelos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ou então a decadência e o caos já estão definitivamente instalados nas instituições.

Centros Judiciários para Solução de Conflitos

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) está pleiteando ao Tribunal de Justiça a implantação, no Maranhão, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os quais terão, dentre outras finalidades, a diminuição das demandas que são ajuizadas a cada mês em todo o estado. O pleito da AMMA foi formulado com base no art. 7º da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 29 de novembro de 2010.

De acordo com o presidente Brígido Lages, os Centros possibilitarão que os conflitos sejam solucionados antes mesmo que as partes acessem a via judicial.

“A necessidade da concessão do que se requer é inconteste, em razão da grande quantidade de mutirões que são realizados periodicamente pelo próprio CNJ, como o que foi deflagrado em novembro de 2011, no Maranhão, denominado de Semana de Conciliação, o qual demonstrou que o número de demandas que são ajuizadas a cada mês é incompatível com a capacidade que as unidades jurisdicionais têm para julgar, principalmente diante da precariedade dos recursos humanos que dispõem”, esclarece a AMMA no ofício encaminhado ao TJMA.

A AMMA solicita ao TJMA que os Centros sejam implantados e comecem a funcionar com urgência no estado, visando à solução de lides antes mesmo que as partes decidam acessar diretamente a via judicial, em nome do interesse público, economia processual e do bem comum.

TUTOIA

Comarca terá intimações eletrônicas a partir do dia 10 do mês de fevereiro

A partir do dia 10 de fevereiro, as intimações na Comarca de Tutoia passarão a ser publicadas, exclusivamente, no Diário de Justiça Eletrônico. A determinação é do juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular da Comarca, que baixou a Portaria nº 01/2012 da Comarca de Tutoia.

Segundo o documento, as intimações postais ou por oficiais de justiça serão cessadas na mes-

ma data, 10 de fevereiro. Os prazos serão estabelecidos com base na data em que o Diário da Justiça for disponibilizado no site do Tribunal de Justiça do Maranhão e terão início no primeiro dia útil seguido à data da publicação do Diário no site. Para o juiz Rodrigo Terças Santos, as intimações eletrônicas atendem ao papel de um Judiciário mais célere e com economia dos gastos.

❖❖ **Comentários ao código de ética da magistratura nacional”** serve de título e argumento para o novo livro do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, lançado nacionalmente com selo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

❖❖ Nos 13 capítulos, a independência e imparcialidade do juiz e sua linguagem aparecem em evidência. O alicerce da obra é a experiência de Serejo como coordenador de cursos de formação de novos magistrados na Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmam) e, mais tarde, seu diretor. Mais de 20 anos separam as funções.

TJ reconsidera liminar para indicação na Escola Superior do Ministério Público

O Tribunal de Justiça decidiu ontem, por maioria, reconsiderar a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança 2054 (2012), dando provimento ao Agravo Regimental interposto pela procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos Cordeiro, que não acolheu a indicação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, da procuradora de Justiça Themis Pacheco à função de diretora da Escola Superior do Ministério Público. **PÁGINA 3**

TJ reconsidera liminar para indicação na ESMP

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) decidiu, por maioria, nesta quarta-feira (25), reconsiderar a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança 2054 (2012), dando provimento ao Agravo Regimental interposto pela procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que não acolheu a indicação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, da procuradora de Justiça Themis Pacheco à função de diretora da Escola Superior do Ministério Público, ESMP.

Na sessão plenária de ontem, o desembargador Bayma Araújo foi voto divergente e vencedor reconsiderando a liminar concedida pelo desembargador relator, Stélio Muniz, que determinava à procuradora-geral de Justiça a nomeação da indicada.

Acompanharam o voto divergente os desembargadores Raimundo Freire Cutrim, Anildes de Jesus Bernades, José Joaquim Figueiredo, Lourival de Jesus Serejo, Jaime Ferreira de Araújo, Raimundo Nonato Magalhães, José de Ribamar Fróz e José Luiz Oliveira.

Juizado Especial Cível do Anjo da Guarda terá atendimento suspense

O 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no Bairro do Anjo da Guarda, não terá expediente na parte da manhã desta quinta-feira (26). O motivo é a suspensão do fornecimento de energia elétrica, para que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) proceda à manutenção na rede de distribuição.

A unidade judicial foi previamente informada sobre o desligamento programado. Não haverá atendimento no juizado no intervalo das 8 horas da manhã ao meio-dia. O juiz titular da unidade é Samuel Batista de Sousa.

Justiça suspende realização de concurso público em Arari

O juiz Gladiston Nascimento Cutrim, titular da Comarca de Arari, deferiu liminar suspendendo o concurso público que seria realizado pela prefeitura no fim deste mês. O pedido de suspensão foi formulado pelos vereadores do município, através de uma Ação Popular. A ilegalidade, segundo os autores, é a falta de dotação orçamentária para a posterior contratação dos servidores, o que caracteriza ilegalidade.

A Lei Municipal publicada em 2011 pela Prefeitura de Arari cita, entre outros, o número de vagas e o planejamento, organização e fiscalização do certame, espaços físicos, segurança e equipamentos, sem, no entanto, entrar no mérito da dotação orçamentária. Também nessa lei, o concurso estaria marcado para os meses de outubro e novembro de 2011 e, no entanto, aconteceria no dia 29 de janeiro de 2012.

Na sentença, Gladiston observou que se deve considerar que as despesas com pessoal não poderão ocorrer sem que sejam estabelecidos limites e reserva de dotação orçamentária em lei complementar. "Desta forma, entende-se existir a necessidade de dotação orçamentária correspondente à contratação prevista no Concurso Público, conforme a legislação constitucional e estadual aplicada à espécie, o que não fora demonstrado no Edital

001/2011", destacou.

"(...) A realização do certame com total ausência de dotação orçamentária poderá causar prejuízo irreparável ao erário, com consequências imediatas aos cidadãos, como evidentemente já vem causando, em se considerando a repercussão de um concurso público em uma cidade de pequeno porte, principalmente em ano eleitoral (...)" versa a sentença. Outro detalhe observado é que a Comissão de Concurso Público foi criada em agosto de 2011, antes da lei, que foi criada em setembro do mesmo ano.

Cita o juiz, ainda, a Constituição Federal, no Art. 5º: "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

O concurso público da Prefeitura de Arari está suspenso até o julgamento final da ação.

DIVULGAÇÃO



Juiz Gladiston Cutrim, titular da Comarca de Arari

TJ indefere medida cautelar proposta em desfavor da Fundação Republicana

A Lei n.º 9.479/2011, que autoriza a instituição da Fundação da Memória Republicana Brasileira, só terá sua constitucionalidade analisada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão durante o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 31305/2011, ajuizada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por 12 votos a 5, o Pleno do TJ, em sessão jurisdicional nesta quarta-feira (25), decidiu indeferir a medida cautelar pedida no processo, por considerar que não há urgência para a análise do caso.

Em seu voto, o relator do processo, desembargador Lourival Serejo, afirma que os únicos pontos da referida lei que merecem atenção imediata por apresentarem grande possibilidade de confronto aos ditames constitucionais estaduais e federais estão inseridos no artigo 5º, inciso VI, e § 1º, que tratam da administração da Fundação.

Sem adentrar na discussão acerca da possibilidade da concessão do título de patrono da Fundação ao senador José Sarney em pleno exercício de sua função política, e muito menos questionar os méritos do home-

nageado, Serejo aponta que “a livre indicação de dois membros da entidade transmuda a homenagem em considerável poder de ingerência e virtual ‘personalização’ de uma fundação de direito público”.

O desembargador lembra que tramita também no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4694, ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS), que, sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, tem como principal questionamento o mesmo item destacado por ele.

“O certo é que, por qualquer ângulo de análise, as disposições legais acima referidas parecem não se ajustar ao modelo constitucional vigente, seja no âmbito estadual, seja na esfera federal. A prevalência do interesse público sobre o interesse privado, uma das facetas do citado princípio da impessoalidade, aponta para a necessidade de urgente suspensão da eficácia dos dispositivos legais apontados”, assinalou Serejo, votando pelo deferimento parcial do pedido cautelar. Outros quatro membros da Corte tiveram o mesmo entendimento.

Sustentação – A sustentação oral pela OAB-MA foi feita pelo advogado Rodrigo

Lago. Segundo ele, “a entidade não quer tolher o fomento da cultura, se negando a receber o acervo do senador José Sarney, mas apenas garantir que o político não tenha poderes de gerir uma entidade pública de forma vitalícia, como prevê a lei criada pelo Estado em 21 de outubro de 2011”.

“Ao contrário do que é afirmado amplamente pela imprensa, não houve estatização da Fundação José Sarney – no aspecto jurídico do termo – nem haverá sucessão da Fundação José Sarney pela Fundação da Memória Republicana Brasileira, após a vigência da lei impugnada. O que haverá na verdade, segundo o texto da Lei, é a criação de uma fundação pública, estatal, que receberá em doação patrimônio pertencente a um particular”, destacou o advogado.

Os pontos contestados pela OAB são o § 1º do artigo 1º; os incisos II, III e IV do artigo 4º; o artigo 5º, incisos V, VI, VII e § 1º; e os artigos 7º; 8º; e 10. Todos eles determinam como a entidade será administrada e seus atos aprovados por decisão unânime do seu Conselho Curador, que terá dois membros indicados pelo senador José Sarney.

Acusado de torturar mulher é capturado em Açailândia

Uma ação da Polícia Civil de Açailândia realizada, na terça-feira (24), culminou na prisão de um homem, que torturava sua própria companheira com requintes de crueldade. Valdimiro Batista de Jesus, 44 anos, foi detido em seu local de trabalho, localizado na Vila Ildemar naquele município.

A prisão de Valdimiro se deu em decorrência de um mandado de prisão preventiva expedido pela juíza Alessandra Costa Arcangeli, da 5ª Vara da Comarca de Açailândia.

De acordo com informações do delegado Regional de Açailândia, Vital Rodrigues de Carvalho, o acusado torturava sua esposa, identificada como Maria Marlene Dos Santos, 25 anos, com requintes de crueldade, espancando-a com instrumentos cortantes.

O delegado disse, ainda, que Valdimiro Batista aplicava uma infinidade de pequenas incisões, deixando o corpo da vítima com várias marcas e lesões de alta gravidade. Além das torturas, o acusado também mantinha a vítima em cárcere privado. Segundo a Polícia,

a mulher só conseguiu fugir no início de dezembro no ano passado.

Após o fato, a polícia começou a investigar e conseguiu levantar provas sobre as práticas ilícitas do elemento. Ao ser expedida a ordem judicial, a Regional de Balsas cumpriu prendendo Valdimiro Batista, que estava localizado na Vila Ildemar, em Açailândia. Ele foi levado para Delegacia e em seguida foi encaminhado para o Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), onde permanecerá à disposição da justiça.

A Polícia informou que o exame de corpo de delito da vítima mostrava marcas fortes dos espancamentos. O laudo pericial relatou que as práticas eram de extrema crueldade, e que mostravam reincidentes de crueldade. A Polícia tem 10 dias para concluir o inquérito e encaminhar à justiça.

Maria Marlene permanece com uma filha numa casa de abrigo na cidade de Imperatriz, aguardando a decisão da justiça, sobre seu encaminhamento para os familiares.

G. FERREIRA



Israel Ramos tinha dois mandados de prisão em aberto

Acusado de assalto e tráfico é capturado pela Polinter

POR GABRIELA SARAIVA

Agentes da Polícia Interestadual prenderam, na Rua do Arame, na Vila Itamar, por volta das 11h45 de terça-feira (24), Israel Ramos de Andrade, de 34 anos. Ele estava com dois mandados de prisão por condenação em aberto, decretados pela justiça: um por assalto e outro por tráfico de drogas.

De acordo com a polícia, Israel seria autor de um assalto ocorrido em 2009, em uma farmácia na Cohab. Só pelo crime de tráfico de drogas, ele foi condenado a 12 anos de prisão. Os agentes chegaram até Israel, depois de receber informação por meio do serviço do Disque Denúncia (3223-5800).

O mandado pelo crime de tráfico foi decretado, no dia 3 de novembro de 2010, pela 1ª Unidade Jurisdicional de Entorpecentes, assinado pelo juiz Luiz de França Belchior Silva. Já pelo assalto, o mandado foi expedido, no dia 22 de fevereiro de 2012, pelo juiz Fernando Mendonça, da 1ª Vara de Execuções Penais.